

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
RELATO DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA TÉCNICA DE MUDANÇA DO CLIMA

Data: 29 de julho de 2021

Horário: a partir das 14h30

Local: Reunião realizada por vídeo conferência, em virtude do Decreto Distrital nº 40.546, de 20 de março de 2020

Estiveram presentes à reunião os seguintes membros da CT

Secretaria de Meio Ambiente – SEMA

MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA, PRESIDENTE DA CT

ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO

Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI

MAC LEONARDO SOUTO

Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE

DANIELA MOURÃO

Agência Reguladora de Águas e Saneamento – ADASA

VANDETE INÊS MALDANER

ANA CAROLINA LOPES CARNEIRO

Federação da Agricultura e Pecuária – FAPE

NATÁLIA CRISTINA CHAGAS MENDES TEIXEIRA

Federação das Indústrias do DF – FIBRA

MIRELLE ANTUNES CORRÊA

Universidade de Brasília

SAULO RODRIGUES

Associação do Mercado Imobiliário – ADEMI

RAFAEL MORAES (ADEMI),

Pela Secretaria de Meio Ambiente participaram:

ANDRÉ SOUZA, THIAGO MENDES, CHARLES DAYLER, CAROLINA CLEMENTE, ELISA MEIRELLES, UGO ANDREAZZI, MARICLEIDE MAIA SAID.

Participaram como convidados: JULIO CESAR BAENA, OSVALDO ASSIS ROCHA (SEMOB), JUNIOR MARINHO (SEEC), DONIZETE TOKARSKI (UBRABIO), PAULO TAVARES (REDE GT de COMBUSTÍVEIS)

1. Setor de transportes no inventário de emissões de gases de efeito estufa no Distrito Federal.

O consultor Thiago Mendes apresentou o setor de transporte no inventário de emissões de gases de efeito estufa do Distrito Federal.

Oswaldo Assis, da Secretaria de Mobilidade, agradeceu o convite e disse que na Secretaria de Mobilidade existe um plano de ações para diminuir essas emissões de gases de efeito estufa. Entre as ações estão a expansão do metrô, o incentivo ao uso da bicicleta compartilhada, juntamente com o aumento da malha cicloviária, a construção de bicicletário e paraciclos, suporte para bicicletas nos veículos do transporte coletivo

e a renovação do transporte público com uso de biodiesel. Além disso, a implementação do sistema tronco-alimentador para reduzir a quilometragem do sistema de transporte público e, conseqüentemente, as emissões de GEE e, por último, a previsão de uma rede de conexão formada pelo Veículo Leve sobre Trilhos – VLT. Finalizou dizendo que essas são algumas informações da secretaria de mobilidade que servem para contribuir com o escopo da reunião.

Adriana Mandarino perguntou se a Secretaria de Mobilidade tem alguma proposta de infraestrutura para as regiões do Paranoá e São Sebastião, devido ao crescimento populacional. Osvaldo respondeu que a princípio tem a proposta de criação de faixa exclusiva para ônibus, como forma de incentivar o uso do transporte coletivo.

A Presidente agradeceu a apresentação do Osvaldo/SEMOB e disse que tais informações vêm de acordo com a previsão do plano de mitigação da Secretaria do Meio Ambiente.

Prosseguindo, a Presidente passou a palavra para Paulo Tavares da Rede GT de combustíveis.

Paulo Tavares comentou que no DF o uso do etanol não compensa, uma vez que não há incentivo fiscal. Cerca de 45% do preço do combustível no DF é composto por encargos tributários. Citou o Estado de Goiás onde o etanol é mais vantajoso porque adotou o incentivo fiscal. O consumo médio de etanol hidratado no DF é de 15%, enquanto no Estado de Goiás chega a 35%, devido ao incentivo. Informou que se 20% da frota de veículos do DF rodassem com etanol, teria um impacto imediato nas emissões de gases de efeito estufa. Finalizou dizendo que cabe ao Estado ter vontade política para a questão tributária.

Thiago Mendes questionou se haveria investimento nos postos de combustíveis para reduzir o impacto econômico dos encargos tributários. Paulo Tavares respondeu que o custo de um empreendimento de posto de gasolina é muito caro. Informou que o DF possui em torno de 325 postos de gasolina e que não há demanda para novos investimentos. Para amenizar esse impacto econômico, disse que os proprietários investem em outros negócios, dentro dos postos, para manter o lucro.

Dando prosseguimento à reunião, a Presidente passou a palavra para Junior Marinho, da Secretaria de Economia do GDF.

Junior Marinho informou que a Secretaria está se adequando ao combate do efeito estufa e que uma medida adotada é a renovação da frota de veículos. Disse que a frota usa quatro tipos de combustíveis, o etanol, a gasolina comum, o diesel comum e o diesel S10, e que na nova contratação os veículos usarão o diesel S10, que causa menos emissões de GEE. Reiterou que o governo teria que ter uma política pública de incentivo fiscal para o uso do etanol no DF.

A Presidente agradeceu a participação e passou a palavra para Donizete Tokarski, da Ubrabio.

Donizete Tokarski agradeceu o convite e disse que participar dessa Câmara Técnica constituía uma grande oportunidade para conversar sobre mudanças climáticas. Esclareceu que o biodiesel é um biocombustível produzido a partir de óleos vegetais e gordura de animais e tem como principal matéria-prima a soja. Relatou que o DF é produtor de soja e que 70% do biodiesel produzido no Brasil é proveniente dessa matéria-prima. Disse que o óleo residual também pode ser transformado em biodiesel, o que evitaria que fosse descartado no solo, em rios e lagos, contaminando assim o

meio ambiente. Informou que o biodiesel propicia uma redução da emissão de poluentes em comparação com o diesel fóssil. O DF utiliza, por ano, 120 milhões de litros de diesel comum, o diesel S500, que possui mais partículas de enxofre, prejudiciais a qualidade do ar e que finam por causar um aumento na quantidade de internações decorrentes de doenças pulmonares. Comentou pesquisa da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, na região metropolitana de São Paulo, que indica que o uso do etanol B12 evita, por ano, quase trezentas mortes por complicações pulmonares devido a poluição veicular. O único mecanismo para os veículos, movidos a diesel, reduzirem as emissões de GEE é a utilização do biodiesel. Explicou que existem políticas públicas para estimular a produção do biodiesel e que em 2008, foi sancionada uma lei para que todo diesel no território nacional tivesse 2% de biodiesel. Com a Lei nº 13.263/2016 e a Resolução CNPE nº 16/2018 todo diesel vendido nos postos passou a ter pelo menos 12% de biodiesel e essa porcentagem foi subindo gradativamente através dos anos. Informou que o DF tem todos os instrumentos para usar o biocombustível, bastando vontade política dos gestores. Comentou que o biodiesel tem um aspecto social, na medida em que há um programa de incentivo aos agricultores familiares a produzirem esse biocombustível. Esse programa gera empregos, renda e qualidade de vida aos agricultores. Concluiu dizendo que o biodiesel está ligado ao bem-estar da sociedade, gerando empregos, oferta de combustíveis e qualidade de vida, reduzindo assim as emissões de GEE, o preço do combustível e os gastos com internações devidos a problemas de saúde.

Saulo Rodrigues comentou sobre a necessidade de se ter uma política pública como instrumento econômico na agenda de mitigação e adaptação de mudanças climáticas. Informou que se avolumam as evidências de impactos muito profundos no sistema climático em decorrência da atividade humana. Ressaltou as perdas, prejuízos e desastres por causa das mudanças climáticas e acredita que isso traga uma oportunidade de sensibilizar os tomadores de decisões para que ações concretas sejam implementadas para reduzir os efeitos negativos dessa mudança do clima.

A Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.

MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA

Secretária Executiva da Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Presidente da CT de Mudança do Clima/CONAM-DF